



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 106/X-4º/2012-13

(Sobre Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020)

(ENM 2013-2020)

EU, JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALMADA

Torno público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de junho de 2013 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 28 de junho de 2013, a Assembleia Municipal aprovou a seguinte Moção/Deliberação:

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

O documento apresentado pelo Governo sobre a “Estratégia Nacional para o Mar” é referenciado como “o instrumento de política pública que apresenta a visão de Portugal, para o período de 2013-2020, no que se refere ao modelo de desenvolvimento assente na preservação e utilização sustentável dos recursos e serviços dos ecossistemas marinhos, apontando um caminho de longo prazo para o crescimento económico, inteligente, sustentável e inclusivo, assente na componente marítima”.

O procedimento de discussão pública do documento, decorreu entre 01 de março e 31 de maio do corrente ano.

Neste contexto se pronunciou a Assembleia Municipal que aprovou uma Moção na sessão plenária do passado dia 18 de abril em que referencia de que “o município de Almada, com a sua frente marinha e ribeirinha, tem claramente interesse no desenhar de uma estratégia que concilie o desenvolvimento de atividades económicas, tais como a pesca, os desportos radicais, as atividades de recreio, que contribuam para o desenvolvimento económico do Concelho, com a preservação do património natural e ambiental”, deliberando reiterar a firme oposição à construção de um porto de contentores na Trafaria e exigindo ao Ministério da Agricultura e do Mar, Ambiente e Ordenamento do Território a realização em Almada de uma sessão de discussão pública da referida estratégia. (Deliberação publicitada através do Edital nº 78/X-4º e remetida a todos os Órgãos de Soberania incluindo o Ministério da Agricultura e Mar).



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 106

Também no contexto da fase de discussão pública se pronunciou a Câmara Municipal na sessão realizada no passado dia 22 de maio tendo por base o Parecer Técnico do Departamento de Estratégia e Gestão Ambiental Sustentável, pronunciando-se com a emissão de “parecer negativo relativamente à versão em discussão pública e reiterando as posições municipais anteriormente assumidas de total rejeição da instalação de um terminal de contentores na Trafaria, de exigência em se considerar a criação de infraestruturas de apoio à Pesca (Fonte da Telha, Trafaria, Cacilhas...) e ao Turismo, e de valorização do potencial do Arsenal do Alfeite na conceção, desenvolvimento e construção de embarcações militares, embarcações civis complexas, e de plataformas flutuantes, remetendo-o para os devidos efeitos à Direção Geral de Política do Mar como contributo do Município de Almada para o respetivo processo de consulta pública.

Da referida deliberação camarária importa registar nomeadamente que:

O documento do Governo (ENM2013-2020) apresenta uma natureza muito estratégica, optando por nunca designar as infraestruturas e obras marítimas a realizar, por exemplo portos de pesca, varadouros, terminais de cruzeiros ou portos comerciais, incluindo terminais de contentores.

É pois de estranhar a referência ao terminal de contentores na Trafaria, já que isso não acontece com nenhuma outra infraestrutura em concreto.

Esta menção é unicamente sustentada pelo Plano Estratégico dos Transportes, publicado em 2011, que “... prevê o estudo de viabilidade de um novo terminal de contentores na Trafaria, também com capacidade para a receção de navios do tráfego intercontinental...”.

É pois lícito questionar porque razão a ENM2013-2020 ignora a ampliação do cais acostável para grandes navios porta-contentores (postpanamax e super postpanamax) do Porto de Sines, que ficará com uma extensão de 940 m e uma capacidade total de 1 milhão de TEU/ano. O Porto de Sines deveria operar em complementaridade com o Porto de Lisboa e não numa lógica de competição. É bem sabido o enorme logro financeiro que constituiu a construção de um Porto de Águas Profundas em Amesterdão, com uma capacidade para 1,2 milhões de TEU, que deveria operar em concorrência com o Porto de Roterdão. O Porto de Amesterdão, que



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 106

entrou em funcionamento em 2001, acabou por encerrar em 2012, depois de 11 anos em que nunca se alcançaram as expectativas de mercado previstas.

Aliás, são citados como documentos de base e contributos válidos e atuais para a elaboração da ENM2013-2020, várias políticas e estratégias de âmbito europeu e nacional, que nada referem a esse propósito.

A ENM2013-2020 é pois enquadrada por este conjunto de documentos, merecendo referência particular o documento da Comissão Europeia para o sector marítimo “Crescimento Azul”, que não dá relevância, em geral, ao desenvolvimento das atividades portuárias, por ventura devido à oferta de infraestruturas portuárias para o transporte marítimo atualmente existente na Europa, que excede a procura a médio e a longo prazo, privilegia o turismo marítimo, sublinhando, por exemplo, que a procura mundial turística de destinos para a prática de surf e windsurf é atualmente de 10 milhões/ano e que se verifica um aumento anual de 500.000 praticantes/ano, particularmente relevante em Portugal. Também se verifica um crescimento muito substantivo do turismo de cruzeiros no Atlântico norte, constituindo Lisboa e Southampton 2 dos 10 maiores portos mundiais de cruzeiros.

Neste documento europeu é igualmente salientado que no Atlântico norte, são as indústrias do turismo e da pesca as maiores empregadoras do sector marítimo, e não as indústrias portuárias.

Esta é também a realidade em Portugal, como se pode observar na análise de alguns indicadores socioeconómicos relevantes, designadamente o Valor Acrescentado Bruto (VAB) e o Emprego. Em 2010 o VAB gerado pelo sector do “Transportes Marítimos, Portos e Logística teve um peso de 36% para o VAB da economia do mar, embora tenha contribuído apenas em 19% na criação de emprego.

Ainda sobre as infraestruturas portuárias, a Câmara Municipal considera relevante a Comunicação “A sustainable future for transport” (DG TREN da Comissão Europeia, 2009) que define os principais corredores e autoestradas marítimos para o transporte de carga e passageiros.

Em Portugal são assinalados os portos de Sines e Leixões, mas não o de Lisboa, nem um possível terminal de contentores na Trafaria.



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 106

A visão da APL (2012) para o desenvolvimento do Porto de Lisboa, que entre outros objetivos, preconiza:

- Desenvolver o transporte fluvial do Tejo, expandindo o raio de ação deste porto para a região norte, sendo ideal a construção de um terminal portuário capaz de servir de plataforma logística de Lisboa norte na zona de Castanheira do Ribatejo;
- Expandir e aumentar a capacidade do Porto de Lisboa, alinhando a doca de Alcântara com a doca contígua da Rocha Conde de Óbidos;
- Desenvolver um trabalho conjunto e mais articulado com o Porto de Setúbal.

Em 2012, portanto, a APL nada refere em relação à necessidade de construção de um mega terminal de contentores na Trafaria, ambicionando ao invés um terminal portuário na zona de Castanheira do Ribatejo.

Face ao exposto, a Câmara Municipal entende que deve ser retirada esta menção ao Terminal de Contentores da Trafaria da ENM2013-2020, em coerência com a abordagem às outras infraestruturas marítimas previstas, em planeamento ou em execução.

Por outro lado, a Câmara Municipal considera que a ENM2013-2020 é muito generalista e pouco ambiciosa em relação ao desenvolvimento do sector das pescas.

A ENM2013-2020 embora reconheça o “decréscimo do número de pescadores e de embarcações registadas” e “um consistente registo negativo na balança comercial portuguesa neste sector”, ao nível do seu plano ação, não prevê a implantação de quaisquer infraestruturas de apoio à pesca, ainda deficitárias em alguns locais do País, designadamente no Concelho de Almada (Fonte da Telha, Trafaria, Cacilhas, ...).

Desta forma será difícil inverter o declínio da frota nacional, que deve suportar um sector pesqueiro robusto e viável.

Quanto à dinamização do “Recreio, Desporto e Turismo”, considera a Câmara Municipal que os projetos previstos na ENM2013-2020 são manifestamente pobres e de pouco alcance (Clubes do Mar, Polos do Mar, Eventos Desportivos e Pesca Lúdica).

Merece ainda nota a abordagem incompleta da ENM2013-2020 à atividade de construção e reparação naval, que deveria ter merecido especial atenção e relevância nesta estratégia, se o objectivo fosse efetivamente inverter o seu declínio.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 106

Para tal, teria sido fundamental mapear os ativos existentes e potenciais do País nesta atividade, designadamente o Arsenal do Alfeite. Estes estaleiros apresentam atualmente um know-how e experiência na conceção, desenvolvimento e construção de embarcações militares mas também de embarcações civis complexas, de pequeno e médio porte (50 a 70 m), de reconhecida qualidade a nível internacional. Têm também um trabalho inovador no domínio do desenvolvimento de plataformas flutuantes, para a instalação de turbinas eólicas e parques de aquacultura. A dinamização destes estaleiros constituiria pois uma oportunidade para angariar divisas no mercado internacional, com produtos de qualidade e competitivos. Neste âmbito, a proposta de ENM2013-2020 também nada refere em relação à necessidade de construção e reparação de embarcações de fiscalização e patrulha da zona económica exclusiva de Portugal, cuja frota se encontra atualmente num estado obsoleto e com falta de manutenção, frota essa cuja operacionalidade é fundamental para o País exercer as suas funções de soberania.

Assim, é necessário alavancar estas atividades e valorizar o potencial do sector da construção e reparação naval em Portugal.

Finalmente entende a Câmara Municipal que tendo em atenção o propósito da ENM2013-2020 se impunha submeter este documento a um processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), dando assim cumprimento ao disposto no Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho.

Em conclusão, a Câmara Municipal considera que a ENM2013-2020 em discussão pública apresenta debilidades técnicas e processuais, que resultam em incongruências e desajustamentos face aos objetivos da estratégia europeia “Crescimento Azul”, na qual deveria assentar o documento em análise:

- Não responde aos cinco domínios estratégicos “Crescimento Azul”;
- A energia azul, a aquicultura, o turismo marítimo, costeiro e de cruzeiros, os recursos minerais marinhos, a biotecnologia azul;
- É manifestamente incipiente e insuficiente em relação aos sectores das pescas e turismo;
- Incorpora de forma não fundamentada e descabida a instalação de um terminal de contentores na Trafaria.



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 106

Entende assim a Câmara Municipal que a aprovação do documento, tal como enviado para discussão pública, com as debilidades técnicas e processuais apontadas, constituirá a perda de oportunidade para construir uma futura economia do mar consistente e inovadora, alicerçada em políticas e estratégias europeias, nacionais e locais, numa abordagem verdadeiramente integrada e transversal.

Nestes termos e enquadramento e tendo presente a versão de março de 2013 da “Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020” apresentada pelo Governo, através do Ministério da Agricultura e do Mar, do Ambiente e Ordenamento do Território/Direção Geral de Política do Mar, a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 28 de junho de 2013, delibera:

1. Apoiar reforçadamente a deliberação camarária de 22 de maio de 2013 em que emite parecer negativo à versão em discussão pública da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 e reitera posições municipais.
2. Protestar veementemente junto da Sr.^a Ministra Assunção Cristas pela recusa da realização em Almada de uma sessão de discussão pública, com as populações, as autarquias e agentes do desenvolvimento local, da Estratégia Nacional para o Mar.
3. Reiterar por considerar determinantes para o desenvolvimento do Concelho de Almada da Região e das suas Gentes relativamente à “Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020” o seguinte:
 - 3.1. A rejeição da construção do Terminal de Contentores na Trafaria;
 - 3.2. A necessidade de criação de infraestruturas de apoio e incremento da Pesca na Trafaria, Costa da Caparica/Fonte da Telha, Cacilhas e considerada a defesa e valorização da Arte-Xávega;
 - 3.3. O incremento e promoção do sector de construção e reparação naval com a valorização do excelente e reconhecido potencial do Arsenal do Alfeite na conceção, desenvolvimento e construção de embarcações militares, embarcações civis complexas e de plataformas flutuantes para



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 106

instalação de turbinas eólicas e parques de aquacultura além da reparação da frota da Marinha Portuguesa;

- 3.4. O pleno aproveitamento, valorização e dinamização do potencial turístico e de recreio da sua frente de mar e ribeirinha com aproveitamento, nomeadamente das potencialidades para os desportos de ondas, desportos náuticos, e Centro Internacional de Surf, levando em consideração os projetos do Programa Polis da Costa da Caparica e da Estratégia para a Costa da Trafaria;
- 3.5. A preservação dos recursos e dos ecossistemas marinhos e do património natural e ambiental na sua generalidade;
- 3.6. A consideração dos Projetos integrantes do Arco Ribeirinho Sul de que é parte integrante o Plano de Urbanização Almada Nascente – Cidade da Água na Margueira/Cacilhas, designadamente o Terminal de Cruzeiros, a Marina e o Museu do Estuário do Tejo, tendo em vista o crescimento do “turismo marítimo costeiro e de cruzeiros”.

POR SER VERDADE SE PUBLICA O PRESENTE «EDITAL» QUE VAI POR MIM ASSINADO E IRÁ SER AFIXADO NOS LUGARES DO ESTILO DESTE CONCELHO.

Almada, em 01 de julho de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(JOSE MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)

